

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRÔNÔMICA



AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS METAS FISCAIS

3º QUADRIMESTRE - 2021

César Luiz Cunha

Prefeito Municipal

Francisco Alexandre Duarte Neto

Diretor do Dept^o de Administração

Adriano José Vanderlinde

Contador

Jorge Alberto Aguiar

Agente de Controle Interno

Apresentação:

Adriano José Vanderlinde

Contador

CONTROLE FISCAL

A Audiência Pública da Avaliação de Metas Fiscais é um dos mecanismos de controle fiscal inserido na Lei de Responsabilidade Fiscal, que de uma forma genérica, vem tratar da avaliação da receita, despesa e dívidas da Administração.

EXIGÊNCIA LEGAL

O § 4º do artigo 9º da LRF prevê:

“Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da CF ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais”.

A Audiência Pública é um mecanismo legal decorrente do princípio da publicidade, e visa trazer ao conhecimento da sociedade a forma como o Poder Executivo está gerindo o dinheiro público.

GASTOS COM SAÚDE

LC 141/2012 - Art. 7º Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

RECEITAS / Saúde

Receitas	R\$
Receita Resultante do Imposto IPTU.....	596.860,72
Receita Resultante do Imposto ITBI.....	508.601,12
Receita Resultante do Imposto ISS.....	847.086,59
Receita Resultante do IRRF.....	478.805,05
Receita de Transf. Constitucionais e legais.....	17.657.379,33
(Cota-parte FPM, ITR, IPVA, ICMS, IPI-Exportação)	<hr/>
Total de Receitas de Impostos e transferências legais.	20.185.759,56

DESPESAS / Saúde

Total das Despesas c/ Recursos Vinculados:

R\$ 1.544.832,84

**Total das Despesas c/ Recursos Próprios em
Ações e Serviços Públicos de Saúde:**

R\$ 3.254.040,45

APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NO 3º QUADRIMESTRE/2021

**Total das despesas próprias com ações e
serviços públicos de saúde: **R\$3.254.040,45****

**Total das Receitas de Impostos e Transferências
Constitucionais e Legais: **R\$20.185.759,56****

Aplicação em Saúde:

16,13%

"GASTOS COM O ENSINO"

Conforme art. 212 da CF, o município deverá aplicar anualmente, no mínimo 25% das receitas resultantes de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino.



“Aplicação em educação”

(1) DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL:

R\$ 1.827.274,82

(2) DESPESAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL:

R\$ 557.248,74

(3) Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos R\$ 2.713.224,91

(4) DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/ FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (Perdas do Fundeb): 786.994,04

(1+2+3+4) R\$ 5.884.742,51

“Aplicação em educação”

Com o total da receita de impostos de transferências constitucionais e legais de:

R\$ 20.967.019,89

tem-se ao término do 3º quadrimestre de 2021 a aplicação em educação de:

✓ 28,07%

MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

70% dos recursos anuais totais recebidos do FUNDEB deverão ser destinados ao Pagamento da Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública.
(art. 26 da Lei Federal nº14.113/2020)



Receitas Recebidas do FUNDEB:

R\$ 2.746.759,84

**Mínimo de 70% do FUNDEB na remuneração dos
Profissionais do Magistério**

Considerando:

Total das Receitas: R\$ 2.746.759,84

**Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da
Educação Básica: R\$ 2.712.484,91**

**O mínimo de 70% do FUNDEB aplicado com a
Remuneração do Magistério ao término do
3º quadrimestre/2021 foi de:**

✓ 98,75%

METAS DE ARRECADAÇÃO

**Receita Prevista para o período:
R\$ 24.158.955,74**

**Receita Realizada no período:
R\$ 29.777.357,47**

**Receita Acima da prevista:
R\$ 5.618.401,73**

**Assim sendo, cumpriu-se a meta
conforme o previsto no Art. 13, da LRF**



Comportamento Orçamentário Consolidado

3º Quadrimestre/2021

“DESPESA EMPENHADA”

RECEITA

R\$ 29.777.357,47



DESPESA

R\$ 30.623.064,87

Déficit Orçamentário: R\$ 845.707,40

Comportamento Orçamentário Consolidado

3º Quadrimestre/2021

“**DESPESA LIQUIDADADA**”

Receita

R\$ 29.777.357,47



Despesa

R\$ 30.564.589,95

Déficit Orçamentário: R\$ 787.232,48

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

I - RECEITAS CORRENTES ARRECADADAS:

R\$ 28.366.257,84

(Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, Contribuições, Rendimentos de Aplicação Financeira, Receita Agropecuárias, Industrial, de Serviços, Transferências Correntes)

II - DEDUÇÃO DA RECEITA:

R\$ 3.531.473,39

III - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA:

(III) = (I - II) R\$ 24.834.784,45

GASTOS COM PESSOAL

Segundo art. 18 da LRF:

Incluem Despesa com Pessoal: Despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista, incluindo vencimentos e vantagens, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais, bem como os encargos sociais e as contribuições às entidades de previdência.

Excluem-se as indenizações por demissão, os incentivos à demissão voluntária, as decorrentes de decisão judicial de competência de período anterior e de inativos, custeadas por recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos próprios segurados, conforme o disposto no art. 18 da LRF.

Métodos de Apuração: Somatório da Despesa com Pessoal realizada no mês em referência e nos onze meses imediatamente anteriores.

Indicador: Receita Corrente Líquida Ajustada

a) PODER EXECUTIVO:

O Total das Despesas com Pessoal foi de:

R\$ 10.917.104,95

Considerando a Receita Corrente Líquida de:

R\$ 24.834.784,45

(-)Emendas Individuais : R\$ 0,00

Receita Corrente Líquida Ajustada:

R\$ 24.834.784,45

Tem-se uma aplicação de: 43,96%

**Assim sendo, o município não ultrapassou os limites
impostos pela LRF:**

Alerta(48,60%); Prudencial (51,30%) Máximo (54%)

b) PODER LEGISLATIVO:

Total das despesas c/ Pessoal:

R\$ 672.758,78

Percentual de aplicação: 2,71%



Cumpriu-se assim com os limites impostos pela LRF:

a) LIMITE MÁXIMO: 6%

b) LIMITE PRUDENCIAL: 5,7%

c) LIMITE DE ALERTA: 5,4%

c) CONSOLIDADO:

(PODER EXECUTIVO + PODER LEGISLATIVO)

**Os gastos consolidados com pessoal
foram de: R\$ 11.589.863,73
correspondendo a 46,67%**

Cumpre-se assim os limites:

Limite Prudencial de 57%;

Limite Máximo de 60%;



TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

CONTA	TOTAL PREVISTO	TOTAL TRANSFERIDO	DIFERENÇA
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA	R\$ 21.000,00	R\$ 200,00	-R\$ 20.800,00
FUNDO DA SAÚDE	R\$ 2.694.508,72	R\$ 2.962.918,46	R\$ 268.409,74
FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 537.500,00	R\$ 568.072,25	R\$ 30.572,25
FUNDO AMBIENTAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CÂMARA DE VEREADORES	R\$ 1.098.000,00	R\$ 1.099.746,94 *devolvido R\$ 205.386,39	R\$ 1.746,94
TOTAL DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	R\$ 4.351.008,72	R\$ 4.630.937,65	R\$ 279.928,93

INVESTIMENTOS PARA O MUNICÍPIO

**PREVISÃO DE DESPESAS DE INVESTIMENTO
PARA O EXERCÍCIO DE 2021**

+

SUPLEMENTAÇÕES E CRÉDITOS ADICIONAIS =

R\$ 14.727.176,01

**OS INVESTIMENTOS REALIZADOS
AO TÉRMINO DO 3º QUADRIMESTRE/2021 são de:**

R\$ 5.467.729,70

correspondendo a: 37,13%

LEI ORÇAMENTÁRIA X PROGRAMAS DO PPA

Os valores orçados na Lei Orçamentária para os Programas do PPA – Plano Plurianual de Investimentos e alterações orçamentárias para o exercício de 2021 totalizam a importância de:

R\$ 40.662.160,63

Total das despesas liquidadas ficou em:

R\$ 30.564.589,95

O Saldo final no 3º quadrimestre/2021 registra, portanto:

R\$ 10.097.570,68

Obrigado !

Prefeitura Municipal de Agronômica

www.agronomica.sc.gov.br



CÂMARA DE VEREADORES DE AGRONÔMICA

Site: www.cva.sc.gov.br - E-mail: camara@cva.sc.gov.br
CNPJ/MF: 81.161.838/0001-69 - Fone/Fax: (0**47) 3542-0294
Rua Leopoldo da Cunha, 435 - Centro - 89188-000 - Agronômica - SC



DECRETO LEGISLATIVO Nº 072/2022, DE 07 DE FEVEREIRO 2022.

"FIXA DATA PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE QUE TRATA O ART. 48º, § 1º, DA LEI COMPLEMENTAR N.º 101/2000 DE 04/05/2000".

Art. 1º - A Câmara Municipal de Agronômica por deliberação em Plenário e por decisão (unânime) de seus membros, ainda, em cumprimento ao que dispõe o art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000 de 04/05/2000, fixa a data de 14/02/2022, com início marcado para às 17h00min, para realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA, que visa demonstrar e avaliar o cumprimento das Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre do Exercício de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Leopoldo Venturi, em 07 de fevereiro de 2022.

MARLI PEDROSO
Presidente da Câmara de Vereadores